

ACM tenta adiar votação de relatório

■ Ornellas pedirá vistas de processo para dar mais tempo para articulações contra cassação de pefelista baiano

BRASÍLIA E SALVADOR – O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) faz as contas. Dos 16 integrantes do Conselho de Ética, quatro são do PFL e votam a seu favor. Para chegar à maioria, precisa de tucanos e peemedebistas. Quer ganhar tempo. Por isso, quando o relator Saturnino Braga (PSB-RJ) apresentar seu parecer na quarta-feira, os carlistas vão pedir vistas. Com isso, pretendem atrasar em pelo menos uma semana a votação. O senador Waldeck Ornellas (PFL-BA) já foi escalado para fazer o pedido.

Ornellas também recebeu a missão de impedir que a votação do Conselho de Ética seja aberta. Os carlistas apostam que, em uma votação aberta, os parlamentares governistas sofreriam pressões da opinião pública e poderiam apoiar a punição mais rigorosa, mesmo que isso signifique um briga aberta com o PFL. “O voto secreto é mais democrático e preserva o senador de pressões”, argumenta Ornellas.

Ao mesmo tempo em que nega ter feito um acordo com o Palácio do Planalto, Antonio Carlos exhibe um discurso alinhado com o governo. Ameaçado de cassação, ACM aposta na moderação para conquistar os votos de senadores do PMDB e PSDB no Conselho de Ética. Anuncia que nem ele nem os parlamentares de seu grupo político vão assinar o novo pedido de CPI da Corrupção, que a oposição pretende apresentar no Senado. “O PT está pedindo a minha cassação. Seria burrice prestigiá-los”, diz Antonio Carlos. “E eu não sou burro”.

A reaproximação começou na última quarta-feira. Depois de uma reunião no Palácio do Alvorada, o ministro da Previdência, Roberto Brant, foi à casa de ACM. Pediu que o senador orientasse os

deputados de seu grupo a retirar as assinaturas do pedido de CPI da Corrupção do Congresso. “O ministro pediu a minha ajuda, mas não falou em nome do presidente, e sim do PFL.” Anteontem, em São Paulo, o presidente Fernando Henrique Cardoso negara ter usado o ministro como intermediário junto a Antônio Carlos.

O senador mantém o discurso afiado. “Ajudei o presidente de novo. Nem sei se ele merecia”, provoca. Mas já não ameaça com rebeldia. Deixa claro que os parlamentares de sua base estão dispostos a se alinhar ao Planalto se isso impedir a cassação. Oficialmente, governo e PFL negam qualquer negociação. Na prática, todos avaliam que a postura moderada vai valorizar ACM na hora em que o governo mais precisa de aliados. “Não houve acordo, mas também não vai haver cassação”, avalia um dirigente nacional do PFL.

Logo depois do arquivamento da CPI, os líderes do PSDB, Jutahy Magalhães Júnior, e do PMDB, Geddel Vieira Lima, pediram a cassação da ACM. Os dois são baianos e inimigos de Antonio Carlos. O senador faz pouco caso. “Os ataques vieram de inimigos regionais, que não têm voto na Bahia e querem me afastar da disputa.” Ele espera ter apoio entre outros dirigentes dos partidos. “O presidente Fernando Henrique precisará recompor sua base no governo e o caminho para isso não é atacar o PFL.”

Ontem, em Salvador, voltou a duvidar de que será cassado. “Estamos fortes agora e ficaremos ainda mais amanhã. Não furtei, não roubei. Só fiz defender o Senado agora, por isso, devo ser afastado? Não, isso não pode ser. O que o Senado precisa fazer é prender os ladrões”, discursou.